

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 18 de março de 2019 às 07h59*  
*Seleção de Notícias*

## O Globo | BR

Propriedade Intelectual

<b>Acordo com EUA vai preservar soberania de Alcântara . . . . .</b>	<b>3</b>
MUNDO	

## G1 - Globo | BR

15 de março de 2019 | Pirataria

<b>Contrabando e pirataria causaram prejuízo de R\$ 160 bilhões em 2018, aponta pesquisa . . . . .</b>	<b>5</b>
OESTE E SUDOESTE	

## UOL Notícias | BR

15 de março de 2019 | Marco regulatório | Anvisa

<b>Anvisa divulga lista com 90 marcas de cigarro vendidas de forma ilegal . . . . .</b>	<b>7</b>
REDAÇÃO	

## Yahoo! Notícias Brasil | BR

15 de março de 2019 | Patentes

<b>Justiça decide que Apple violou patentes e deve pagar US\$ 31 mi para Qualcomm . . . . .</b>	<b>11</b>
CAPA	

## Abipti | BR

15 de março de 2019 | Marco regulatório | INPI

<b>Abertas inscrições para cursos avançados de PI à distância da parceria INPI-OMPI . . . . .</b>	<b>13</b>
---	-----------

## Consultor Jurídico | BR

Marco regulatório | Anvisa

<b>O aparente impasse entre as leis "sunshine" e de proteção de dados pessoais . . . . .</b>	<b>14</b>
--	-----------

# Acordo com EUA vai preservar soberania de Alcântara

MUNDO



Brasileiros terão acesso a todos os locais reservados aos americanos na base de lançamento de satélites no Maranhão

JANAÍNA FIGUEIREDO E PAOLA DE ORTE\*

\*Especial para O GLOBO internacional@oglobo.com.br

RIO E WASHINGTON

Um dos pontos fortes da primeira visita do presidente Jair Bolsonaro a Washington será a assinatura de um Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) para que Estados Unidos e outras nações possam lançar satélites a partir do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), no Maranhão. O entendimento permitirá a presença de estrangeiros na base militar, mas corrige pontos controversos sobre a soberania nacional que levaram o Congresso a congelar a aprovação do primeiro acordo do tipo, firmado em 2000, no governo Fernando Henrique Cardoso.

Desta vez, não haverá restrição de acesso a brasileiros no espaço de trabalho reservado aos americanos, cumprindo a condição imposta pelas próprias Forças Armadas. O ponto-chave que levou ao fracasso do en-

tendimento anterior foi o estabelecimento de uma área segregada, onde os militares e técnicos do Brasil não poderiam entrar - na prática, uma cessão de território.

O AST é considerado simbólico pelo governo, e a avaliação é de que o revés parlamentar em 2000 teve a ver com a "doutrina antiamericana". Uma fonte da área diplomática sustenta que o entendimento ocorre agora "porque há um novo contexto global". Mas as discussões prometem ser intensas no Congresso, onde o acordo terá que ser ratificado.

Ao fim desse processo, a ideia é que Brasil e EUA abram uma parceria para o desenvolvimento conjunto de tecnologias para o lançamento de satélites numa base considerada estratégica por sua posição geográfica próxima à linha do Equador. Outra novidade é que as receitas com a exploração internacional de lançamentos na base poderão financiar o programa espacial brasileiro, o que não estava previsto no acordo anterior. Contudo, os recursos não podem alcançar o programa de lançadores, que envolve "tecnologia dual", ou seja, também serve para o desenvolvimento de mísseis.

- O acordo tem preocupação com a **transferência de tecnologia** para fins não pacíficos, ou seja, estamos falando em não proliferação. Por outro lado, vai nos possibilitar a ampla exploração comercial do Centro Espacial de Alcântara, que nos dará a possibilidade de retorno financeiro para que possamos reinvestir no programa espacial brasileiro disse ao GLOBO Marcelo Rech, diretor do Instituto InfoRel de Relações Internacionais e Defesa.

PROPRIEDADE INTELECTUAL

A salvaguarda tecnológica assegura a proteção da **propriedade intelectual** dos países parceiros, es-

Continuação: Acordo com EUA vai preservar soberania de Alcântara

pecialmente dos Estados Unidos, e abre espaço para entendimentos que envolvem transferência tecnológica - muito embora não sirva de garantia de que isso ocorrerá.

Rech ressalta que, diferentemente do que aconteceu em 2000, "não será arranhada a soberania brasileira, já que militares e técnicos do Brasil terão acesso e controle ao que foi feito pelos americanos, em igualdade de condições".

Depois da paralisação do acordo de 2000, veio em 2003 o segundo fracasso no lançamento do primeiro Veículo Lançador de Satélites (VLS) brasileiro, em um incêndio em Alcântara no qual 21 técnicos e cientistas brasileiros morreram. Ainda em 2003 foi negociado um acordo com a Ucrânia, que resultou em enormes prejuízos para o Brasil e poucos benefícios. Em 2008, foi criada uma empresa binacional, mas, segundo Rech, "os dois países falharam no desenvolvimento do programa, faltou vontade política e o foguete que estava sendo construído incluía tecnologia americana, o que tomava inviável sua comercialização pela legislação dos EUA".

Desde então, o Brasil lança de Alcântara pequenos foguetes, chamados de veículos de sondagem. Atualmente, a aposta para lançadores de maior porte está concentrada no Veículo Lançador de Microsatélites (VLM), em parceria com a Alemanha.

- A ideia é estabelecer várias plataformas de lançamento em Alcântara que serão alugadas não apenas para os EUA, mas para todos os países que tenham interesse. Alcântara já poderia ter cinco ou seis plataformas operacionais - disse o especialista;

Atualmente, cerca de 80% da tecnologia do mercado de satélites são americanos. Somente a partir da assinatura

do entendimento o Brasil poderá aceitar propostas de empresas para usar a base, sempre respeitando o Acordo de Salvaguardas. Os EUA já têm esse tipo de acordo com países como Índia, Nova Zelândia e Cazaquistão.

Deputados da base do governo têm claro que qualquer entendimento com o governo americano não pode significar concessão de soberania territorial. Em Washington também será exigido que o entendimento não deixe brecha para a instalação de uma base militar americana, algo que a negociação de 2000 não proibia claramente.

- Com Alcântara paralisada, estamos ficando de fora de um mercado de US\$ 5,5 bilhões por ano. A projeção para 2026 é de que esse mercado aumente bastante afirmou Rech.

# Contrabando e pirataria causaram prejuízo de R\$ 160 bilhões em 2018, aponta pesquisa

OESTE E SUDOESTE



*Levantamento indica as perdas de arrecadação de tributos e de faturamento da indústria brasileira com o mercado ilegal; volume é 11% maior que o registrado em 2017.*

O contrabando, a **pirataria** e a **falsificação** de produtos geraram um prejuízo à economia nacional de cerca de R\$ 160 bilhões em 2018, segundo um levantamento divulgado nesta sexta-feira (15) pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (Idesf) e Associação Brasileira de Combate à **Falsificação** (ABCF).

De acordo com a pesquisa, o valor - 11% maior que o registrado em 2017 - é o que a indústria nacional e os órgãos de tributação deixaram de arrecadar no ano passado com a prática ilegal.

Para os dois órgãos, a forte carga tributária sobre determinados produtos tem impacto negativo na competitividade com outros mercados, tornando as mercadorias estrangeiras mais viáveis financeiramente para os consumidores.

"O contrabando e o mercado ilegal crescem exponencialmente, muito disso em virtude também do aumento da tributação na indústria nacional - que faz com que os produtos originais percam competitividade -, aliado ao mau momento da economia

brasileira e da perda de poder aquisitivo de boa parcela da população e à esparsa fiscalização nos portos e fronteiras", destaca o relatório.

Entre os maiores mercados consumidores dos produtos ilegais e, consequentemente os mais atingidos, estão os estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, apontados também como as principais portas de entrada de contrabando, em especial Foz do Iguaçu e Guaíra - e produtores de mercadorias piratas e falsificadas.

O cigarro aparece no topo da lista de produtos contrabandeados mais apreendidos pela Receita Federal em 2018, com cerca de 43% do total. A segunda posição na relação dos itens que entram irregularmente no país é ocupada pelos eletrônicos, com 7,1%, e em terceiro, aparecem as peças de vestuário, com 3,6%.

Ainda conforme o levantamento, o contrabando tem forte influência no prejuízo causado à economia nacional, mas é incrementado pela falsificação e pela **pirataria** praticada dentro do próprio país.

"De cada dez cigarros vendidos, quase seis são paraguaios, o que representa um prejuízo de R\$ 14 bilhões ao país. Outros setores muito prejudicados são os de peças automotivas e produtos ópticos, que têm prejuízos de mais de R\$ 5 bilhões anuais, respectivamente. O setor de combustíveis tem perdas em torno de R\$ 5,3 bilhões com a sonegação e adulteração", detalha a pesquisa.

Entre as soluções apresentadas pelos dois órgãos que encabeçam o estudo está a redução das taxas e im-

Continuação: Contrabando e pirataria causaram prejuízo de R\$ 160 bilhões em 2018, aponta pesquisa

postos sobre determinados setores, o reforço na fiscalização nos portos e fronteiras - com o aumento do efetivo e do número de operações - e a reimplantação de sistemas de rastreamento de produtos como cigarros e bebidas.

Até a última atualização desta reportagem o G1 aguardava retorno da Receita Federal.

# Anvisa divulga lista com 90 marcas de cigarro vendidas de forma ilegal

REDAÇÃO

A **Anvisa** divulgou, na terça-feira (12), uma lista com 90 marcas de cigarro comercializadas de forma irregular no país. Os produtos representam um grave problema para a sociedade, já que têm preço mais baixo dos que os regularizados e consequentemente são mais acessíveis para crianças e adolescentes, altamente vulneráveis à iniciação no consumo precoce de tabaco.

A Agência alerta ainda que não há níveis seguros para o consumo de qualquer produto derivado do tabaco. Por esse motivo, a única forma de estar livre dos riscos relacionados a esses produtos é não consumi-los e não respirar a fumaça produzida por quem fuma.

## Cigarros ilegais

O aumento dos impostos e dos preços do cigarro, como ação efetiva para a redução do tabagismo, está previsto no artigo 6º da Convenção-Quadro da OMS para Controle do Tabaco (CQCT), adotada pelos países-membros da Organização Mundial da Saúde (OMS), da qual o Brasil é signatário. Entretanto, o mercado ilegal de cigarros tende a minar os efeitos dessa política, ao colocar no mercado cigarros com preços abaixo do preço mínimo estabelecido pela Secretaria da Receita Federal (SRF).

Um relatório do Inca (Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva) aponta que a estimativa da proporção de cigarros ilegais consumidos no Brasil, em 2017, foi de 38,5% do consumo total de cigarros. Além disso, destaca que "o problema do uso de cigarros ilegais no Brasil, contudo, é real e parece ser mais prevalente entre as pessoas de menor renda e educação, pois representa mais de 50% do consumo dos fumantes com menos de 8 anos de escolaridade".

Outro dado importante é que, no período de 2012 a

2016, houve queda no consumo de cigarros legais, juntamente com queda na prevalência de fumantes e aumento do consumo de cigarros ilegais. Estes resultados refletem, provavelmente, os seguintes fatores combinados: aumento da cessação de fumar entre quem fumava cigarro legal (maioria dos fumantes); redução do volume de cigarros legais consumidos; e migração do consumo de cigarros legais para o consumo de cigarros ilegais entre os fumantes de cigarros legais que não conseguiram parar de fumar.

O diretor Renato Alencar Porto ressaltou a importância da iniciativa de elaboração de alertas sobre produtos fumígenos irregulares. "Diante da prevalência de quase 40% do consumo de cigarros ilegais no Brasil, iniciativas que visam coibir essa tendência devem ser estimuladas, com o fim de aprimorar as políticas de combate ao tabagismo no país", afirmou Renato Porto.

## Identificação

Para identificar se o produto derivado do tabaco está registrado na **Anvisa**, basta consultar, na página da Agência, uma lista com os produtos regulares. Essa lista, atualizada mensalmente, apresenta os produtos registrados e que podem ser comercializados de forma regular no Brasil.

Caso o produto não esteja especificado na referida lista, ele não possui registro, o que impede sua comercialização e sua importação. Nesse caso, denúncias podem ser feitas pelo número 0800 642 9782 ou pela Ouvidoria da **Anvisa**.

**Marcas** de cigarro comercializadas sem registro\*

51 BOX AZUL

Continuação: Anvisa divulga lista com 90 marcas de cigarro vendidas de forma ilegal

EURO PRATA

SAN MARINO EXPRESS

MILL BLUE

CALVERT

REYES VERMELHO

GIFT AZUL

51 BOX VERMELHO

MIX LOW TAR

EURO PREMIUM

SAN MARINO FILTRO BRANCO

MILL BLUE LABEL

CALVERT LIGHT

RICA AZUL

GIFT VERMELHO

777

MP

FLY

SAN MARINO KS FILTER

MILL RED

CLASSIC

RODEO

HOBBY

BILL

PAGODE AZUL

FLY RED

SOFT

MILL RED LABEL

CLASSIC AZUL

SAN MARINO

HUDSON

BLITZ

PAGODE VERMELHO

FOX

TE

MIX

COLT

SAN MARINO AZUL

K9

BROADWAY SUAVE

PALERMO

FUNK

TE GUARANI

MIX FULL FLAVOR

CONVAIR



Continuação: Anvisa divulga lista com 90 marcas de cigarro vendidas de forma ilegal

K9 VERMELHO

KOP VERMELHO

PARIS AZUL

PLAY LISTA VERMELHO

US

VIP

DJARUM BLACK

EIGHT FBL

KIRBY

MADISON

PARIS DOURADO

PLAZA BOQUERON SUAVE SOFT

US FOX

WS BLUE

EGIPT

EIGHT KS

KOOP

MADRID

PARIS PRATA

POINT

US MILD

WS RED

EIFFEL

EIGHT VERMELHO

KOP

MAXXI

PBY PRETO

POLO

VANGUARD

YANK

EIGHT

EURO

KOP AZUL

MEGA STAR

PLAY

R7 AZUL

VILA RICA

YANK RED

EIGHT AZUL

EURO AZUL

Continuação: Anvisa divulga lista com 90 marcas de cigarro vendidas de forma ilegal

MIGHTY

\*Consulta realizada em banco de dados da **Anvisa**  
em 11/03/2019

R7 VERMELHO

EURO MILD

MILL

REYES AZUL

# Justiça decide que Apple violou patentes e deve pagar US\$ 31 mi para Qualcomm

CAPA

Qualcomm e Apple. A justiça norte-americana decidiu nesta sexta-feira (15) que a Apple violou três patentes e deve pagar uma quantia de US\$ 31 milhões à fabricante de chipsets. >Chega ao fim a briga judicial entre a Qualcomm e Apple. A justiça norte-americana decidiu nesta sexta-feira (15) que a Apple violou três patentes e deve pagar uma quantia de US\$ 31 milhões à fabricante de chipsets.

As três patentes em questão incluíam: uma função que permite um smartphone a conectar-se rapidamente à Internet depois que ele for ligado; o processo de integração entre um modem e processador para que trabalhem juntos para lidar com o download de aplicativos; e, por fim, uma que cobre o processamento gráfico e a duração da bateria.

A Qualcomm, que entrou com a ação em julho de 2017, alegou que a Apple usou sua tecnologia sem permissão em algumas versões de seus populares iPhones. O júri concedeu à Qualcomm o valor total solicitado no início do julgamento de duas semanas, realizado em San Diego, na Califórnia.

Ontem, a Apple argumentou durante o julgamento que a fabricante dos chipsets estaria a processando apenas por ter sido trocada pela Intel. Depois da divulgação do resultado, a Apple disse estar "desapontada" com o veredito.

"A campanha em andamento da Qualcomm sobre alegações de **violação de patentes** nada mais é do que uma tentativa de desviar a atenção das questões mais amplas que enfrentam com investigações sobre suas práticas de negócios no Federal Trade Com-

mission e em todo o mundo", disse um porta-voz.

Já a Qualcomm comemorou a decisão unânime. "É a mais recente vitória em nosso litígio mundial sobre patentes, que visa responsabilizar a Apple pelo uso de nossas valiosas tecnologias sem pagar por elas", disse o conselheiro geral da Qualcomm, Don Rosenberg. "As tecnologias inventadas pela Qualcomm e outras empresas possibilitaram que a Apple entrasse no mercado e se tornasse tão bem sucedida tão rapidamente".

A quantia de US\$ 31 milhões em indenização são uma gota na balança para a Apple, considerando que a empresa tem US\$ 1 trilhão em valor de mercado.

Mais um confronto

A decisão desta sexta-feira (15) deixa mais otimista a Qualcomm, que aguarda o resultado de mais uma disputa judicial envolvendo a Apple.

Dessa vez, a discussão é sobre os royalties de patentes da Qualcomm com a Apple, que são avaliadas em bilhões de dólares. O julgamento aconteceu em janeiro, mas o desfecho será anunciado no próximo mês.

O confronto começou há dois anos, quando a Federal Trade Commission, com a ajuda da Apple e da Intel, acusou a Qualcomm de ser um monopólio dos chipsets modernos. O órgão americano argumentou que as taxas de royalties da Qualcomm impediam que concorrentes entrassem no mercado e elevaram os preços dos telefones.

Continuação: Justiça decide que Apple violou patentes e deve pagar US\$ 31 mi para Qualcomm

O julgamento também examinará os negócios de licenciamento da Qualcomm.

Canaltech >Fonte: Canaltech

Trending no Canaltech:

Loja revela que celulares Xiaomi serão vendidos por até R\$ 3.100 no BrasilFalha expõe dados de milhões de clientes da Gearbest, incluindo brasileirosQualcomm diz que smartphones com câmeras de 64MP e 100MP chegam ainda neste ano

## Abertas inscrições para cursos avançados de PI à distância da parceria INPI-OMPI



(**INPI**)

O post Abertas inscrições para cursos avançados de PI à distância da parceria **INPI**-OMPI apareceu primeiro em ABIPTI.

O **INPI** comunica que já estão abertas as inscrições para os novos cursos de nível avançado, na modalidade ensino à distância, oferecidos em parceria com a Organização Mundial da **Propriedade Intelectual** (OMPI). São eles: o DL 301P BR de Patentes e o DL 302P BR de Marcas, Desenhos Industriais e **Indicações Geográficas**. Os cursos são em Português e com duração de 150h cada um.

A taxa de inscrição é de U\$ 40,00 para estudantes e de U\$ 60,00 para profissionais, mas há possibilidade de bolsa para funcionários de instituições governamentais. As inscrições ficarão abertas até o dia de 5 de abril de 2019, e o período de ambos os cursos é de 9 de abril a 19 de julho de 2019.

Acesse a agenda de cursos da Academia do **INPI** para se inscrever.

## O aparente impasse entre as leis "sunshine" e de proteção de dados pessoais

### OPINIÃO

O estado de Minas Gerais promulgou, entre 2016 e 2018, duas leis estaduais (22.440/16 e 22.921/18[1]) que dispõem sobre a obrigatoriedade de as indústrias de produtos ou bens relacionados à saúde declararem, respectivamente, (i) relações mantidas com profissionais de saúde (PS) inscritos nos conselhos profissionais do estado de Minas Gerais[2] e (ii) patrocínios destinados à realização de evento científico que configurem potenciais conflitos de interesses.

As normas se assemelham às leis de transparência aplicáveis nos Estados Unidos (The Federal Physician Payment Sunshine Act[3]) e Europa, que obrigam as empresas a declararem pagamentos ou relações financeiras mantidas com PS.

No Brasil, a lei mineira foi pioneira e impactou a indústria do setor de saúde, que se viu obrigada a declarar as informações requeridas através de sistema dedicado da Secretaria de Saúde do Estado de MG (Sistema DeclaraSus[4]), até o último dia útil de janeiro de cada ano. Dentre as informações reportáveis estão dados de identificação de PS, que do dia para a noite se depararam com seus dados divulgados na internet, em muitos casos sem consentimento expresso.

Em complemento às leis setoriais específicas, no último ano, foi promulgada a tão comentada Lei Geral de Proteção de dados Pessoais (LGPD[5]), que estabelece padrões, regras e princípios para o tratamento de dados pessoais. A LGPD entrará em vigor em agosto de 2020 e tem dentre seus objetivos proteger direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o desenvolvimento da personalidade da pessoa natural[6]. A lei em questão acaba por consolidar determinados princípios constitucionais e obrigações legais esparsas afeitos ao tema.

À primeira vista, deparamo-nos com um conflito de normas. De um lado, uma norma de transparência que determina a divulgação de dados e informações de PS. De outro, uma norma que regula e protege a privacidade de dados pessoais, incluindo a desses profissionais. Princípios e práticas que a princípio se mostram diametralmente opostos.

Contudo, ao avaliar com um pouco mais de profundidade, e já antecipando o iminente conflito de normas, a LGPD apresenta hipóteses legais em que dados pessoais podem ser tratados, sem que seja necessária a coleta do consentimento pelos titulares, legitimando a divulgação dos dados pessoais dos PS no âmbito das leis de transparência.

Dentre as situações elencadas pela LGPD está o tratamento de dados pessoais para cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador[7]. O dispositivo permite que o tratamento, incluindo a divulgação dos dados pessoais de PS no âmbito das leis de transparência, seja divulgado sem o consentimento dos referidos profissionais. Relevante destacar que tal premissa se sustentaria na medida em que o tratamento dos dados seja realizado em observância dos demais princípios e regras previstos pela LGPD.

Fato é que a questão da transparência na relação indústria e PS tende a prosperar e se consolidar no país, especialmente diante do cenário atual impulsionado por leis como a Lei Anticorrupção e iniciativas das autoridades policiais e de fiscalização, visando, em última instância, um ambiente corporativo mais ético e transparente.

No início de fevereiro, movimentações na Câmara do Deputados demonstraram o interesse dos parlamentares em trazer à discussão eventual marco legislativo federal sobre o tema. Nesta linha, o Projeto de Lei 7.990/2017[8], de autoria do deputado Ge-

Continuação: O aparente impasse entre as leis "sunshine" e de proteção de dados pessoais

raldo Resende, foi desarquivado, e outro projeto, dispondo sobre a transparência e publicidade de relações financeiras estabelecidas entre a indústria da área da saúde e os PS, foi apresentado pelo deputado Roberto de Lucena (PL 204/2019[9]).

O PL 7.990/17 se mostra genérico e abrangente. Prevê, por exemplo, que eventual reporte de relacionamento e pagamentos a PS seriam direcionados ao Ministério da Saúde e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) [10]. Existem questões controversas e que ainda dependem de maior refinamento por parte dos parlamentares, assim como vimos no caso de Minas Gerais, se promulgada, a lei federal deverá ainda ser regulamentada por decreto e eventuais portarias e resoluções do MS e Anvisa, além de um sistema on-line de reporte. De toda forma, as recentes iniciativas demonstram interesse do Legislativo em dedicar maior atenção ao tema.

De certo modo, a própria LGPD demonstra a preocupação do legislador com questões e princípios de transparência, especialmente ao exigir dos controladores e operadores informações claras e transparentes ao titular dos dados pessoais em relação às finalidades de uso e tratamento dos seus respectivos dados[11].

O que à primeira vista poderia então ser encarado como um conflito de normas através da dicotomia transparência vs. privacidade, na prática, pode ser interpretado lato sensu como complementar. Neste sentido, o interesse público de prevenção de potencial risco à saúde humana pelo combate à existência de conflito de interesses, traduzido pelas normas do tipo "sunshine", se sobrepõe à privacidade dos dados pessoais de seus titulares, dentro dos limites e princípios estabelecidos pela lei.

Não obstante, recomenda-se à indústria de interesse à saúde que adote certas medidas e procedimentos internos de forma a garantir o efetivo cumprimento das normas aqui tratadas, com harmonia e atendimento dos princípios que as permeiam. Isso inclui, mas não se limita a determinados controles e políticas internas, cláusulas contratuais resguardando seus direitos e prevendo os casos e finalidades do tratamento de dados pessoais dos PS, profissionais ou departamentos responsáveis pela gestão e controle de situações emergenciais, como eventual vazamento de informações e dados, dentre outros.

[1] Disponíveis em: <http://declarasus.saude.mg.gov.br/index.php/downloads>.

[2] Note-se que o conceito de PS, para fins das leis estaduais, engloba não apenas médicos, mas profissionais de saúde em geral, incluindo enfermeiros, nutricionistas, farmacêuticos etc.

[3] Disponível em: <https://www.congress.gov/111/bills/s301/BILLS-111s301is.pdf>.

[4] Disponível em: <http://declarasus.saude.mg.gov.br/index.php>.

[5] Lei 13.709/18. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm).

[6] Artigo 1º da Lei 13.709/2018.

[7] Artigo 7, II, da Lei 13.709/18.

[8] Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1574876&filename=PL+7990/2017](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1574876&filename=PL+7990/2017).

Continuação: O aparente impasse entre as leis "sunshine" e de proteção de dados pessoais

[9] Disponível em:  
[tps://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190712](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190712) .

ht-  
si-

[11] Artigo 9º da Lei 13.709/2018

Fábio Lara Aspis é advogado.

[10] Artigo 4º, parágrafo único.



## Índice remissivo de assuntos

**Propriedade Intelectual**

3, 13

**Inovação**

3

**Pirataria**

5

**Marco regulatório | Anvisa**

7, 14

**Patentes**

11

**Denominação de Origem**

13

**Marco regulatório | INPI**

13